



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Coordenação-Geral de Análise Territorial

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 951666/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Unidade Descentralizadora e Responsável: Ministério da integração e Desenvolvimento Regional

Nome da autoridade competente: Adriana Melo Alves

Número do CPF: 021.186.624-59

Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial.

CNPJ: 03.353.358/0006-09

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, s/n - Zona cívico-administrativa, Brasília - DF - CEP 70.067-901

Ato que confere poderes para assinatura: Portaria Casa Civil nº 1.351, de 27 de janeiro de 2023.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 530023 - Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 530023 - Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial

Observações:

a) Identificação da Unidade Descentralizadora e da autoridade competente para assinatura do TED; e

b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED, no campo "b", apenas caso a Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução tenha UG própria.

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Nome da autoridade competente: Sandra Regina Goulart Almeida

Número do CPF: 452.170.336-49

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153062 - UFMG (UG/Gestão: 153062)

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 153283 - Faculdade de Ciências Econômicas (FACE)

Observações:

- a) Identificação da Unidade Descentralizada e da autoridade competente para assinatura do TED; e
- b) Preencher número da Unidade Gestora responsável pela execução do objeto do TED, no campo “b”, apenas caso a unidade responsável pela execução tenha UG própria.

3. OBJETO:

O presente Plano de Trabalho tem por objeto o estabelecimento de parceria entre a União, por intermédio do **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**, no âmbito de suas competências, para a elaboração de diagnósticos e indicadores que permitam a proposição de ação ou ações visando a construção de um programa no âmbito da SDR que promova a diversificação, a agregação de valor e a sustentabilidade nas principais cadeias produtivas agrícolas, em especial, as **commodities**, no bioma Cerrado, considerando a PNDR e seus objetivos, em particular, o objetivo 4: *“Fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de **commodities** agrícolas ou minerais”*.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

META 1: CARACTERIZAR OS SISTEMAS DE PRODUÇÃO MAIS REPRESENTATIVOS PARA AS PRINCIPAIS *COMMODITIES* DO BIOMA CERRADO (EX: SOJA, MILHO, ALGODÃO E CANA), IDENTIFICANDO AS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CORRENTEMENTE ADOTADAS E POTENCIAIS MELHORIAS CONSIDERANDO A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Etapas:

A descrição dos sistemas representativos – mais comumente observados na região – é fundamental para se propor ações de melhoria voltadas para aumentar a geração de renda e, simultaneamente, promover a sustentabilidade. Detalhar o perfil do produtor assim como a sua infraestrutura de produção em termos de tamanho de área produtiva, maquinário, uso de insumos e mão de obra são elementos básicos para se ter um bom entendimento de como acontece a produção agrícola no bioma e, dessa forma, identificar as necessidades dos produtores bem como os entraves e desafios econômicos, mas também sociais e ambientais para as principais atividades produtivas agrícolas no bioma.

Atividades:

- realização de painéis regionais para a coleta de dados e caracterização dos sistemas de produção de commodities agrícolas nos estados de: GO; TO; MT; MS; MG; MA; BA; PI (considerando a atual dinâmica da agropecuária nos estados de RO e AC, a coleta de dados para essas localidades será feita caso as informações a serem obtidas forneçam significância estatística para os trabalhos a serem executados no âmbito deste planejamento);

- descrição dos sistemas de produção mais representativos para indicação de práticas que possam melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola no bioma Cerrados;
- identificação de indústrias e/ou serviços extremamente especializados e de alta tecnologia empregados no processo produtivo moderno das atividades agropecuárias, inclusive apontando de onde se originam (nacional ou internacional) esses produtos/serviços.

META 2: IDENTIFICAR SUB-REGIÕES (PREFERENCIALMENTE AS ADOTADAS NA TIPOLOGIA DA PNDR), NO BIOMA CERRADO, PRIORITÁRIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA, PROMOVENDO MAIOR GERAÇÃO DE RENDA E AGREGAÇÃO DE VALOR NA ATIVIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Etapas:

Inicialmente, será necessário explicitar o entendimento do conceito de diversificação econômica. No presente trabalho, inicialmente, será considerado tanto a diversificação econômica no sentido de identificar áreas potenciais para a intensificação da produção de outras culturas que não as commodities voltadas para a exportação - condições edafoclimáticas favoráveis, conhecimento do processo de produção, relativa concentração de produtores, oferta de mão de obra, existência de demanda e de infraestrutura que viabilize a produção, etc... - quanto a diversificação econômica da atividade de produção de commodities; nesse caso, avaliando o potencial para agregação de valor na cadeia produtiva como o estabelecimento de complexos agroindustriais ou polos de prestação de serviços especializados que permitam uma maior apropriação da renda gerada pelo setor exportador; novamente, aspectos como infraestrutura, mão de obra e conexão com centros de pesquisa e inovação são elementos chave para a proposição de atividades que permitam aumentar a geração de renda e a agregação de valor. No início do projeto, será realizado um workshop, com a presença de especialistas no tema e também de integrantes da SDR, no qual será delineado o conceito de diversificação econômica ser implementado.

Atividades:

- workshop para definição do conceito de diversificação econômica a ser adotado na proposta;
- apresentar um panorama geral dos municípios englobando indicadores de renda, educação, saúde, pobreza, desigualdade, entre outros, de modo a traçar um perfil completo das condições socioeconômicas;
- proposição de critérios para identificação de sub-regiões dinâmicas com potencial para implementação de ações de diversificação econômica; inclusive, considerando a proximidade/complementariedade de centros de ensino e pesquisa na região, propondo o uso de indicador(es) síntese para o apontamento dessas localidades;
- identificação e caracterização de regiões dinâmicas com potencial para implementação de ações de diversificação econômica - promoção de setores de serviços e suporte para a atividade agrícola voltada para a exportação, propondo o uso de indicador(es) síntese para o apontamento dessas localidades;

- identificação de sub-regiões com potencial para se tornarem polos agroindustriais, aumentando a complexidade da pauta produtiva e potencializando a geração de renda nas regiões produtoras, propondo o uso de indicador(es) síntese para o apontamento dessas localidades.

META 3: IDENTIFICAR AÇÕES QUE POSSAM PROMOVER A SUSTENTABILIDADE NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS NO BIOMA CERRADO

Etapas:

Os levantamentos de caracterização socioeconômica da região, dos sistemas de produção representativos e das possibilidades de diversificação econômica do bioma, fornecerão as bases para a proposição de potenciais melhorias nos processos produtivos das principais commodities agrícolas da região, no sentido de reduzir a pressão ambiental da produção agrícola no bioma, em especial em relação ao uso da terra e a água assim como indicarão caminhos para a promoção do adensamento da atividade econômica no bioma, proporcionando alternativas para agregação de valor e apropriação da renda no bioma. Buscará verificar se práticas hoje já conhecidas e adotadas em menor escala, como a Agricultura de Baixo Carbono (ABC), cadeias descarbonizantes, cadeias sustentáveis, mercado de carbono e o uso de bioinsumos e biofertilizantes, seria passível de implementação nas áreas de commodities do cerrado, tendo, inclusive viabilidade econômico o emprego dessas práticas em maior escala. Ainda, será proposto um conjunto de métricas (indicadores), em escala de propriedade, para se avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola da região e, também, será realizada uma análise dos principais fundos constitucionais que operam no Bioma (FNO, FCO e FNE) identificando potenciais ações de melhoria para que as linhas de crédito ofertadas contemplem a promoção de sistemas produtivos agrícolas sustentáveis no bioma Cerrado. Por fim, será proposto possibilidades de se captar recursos privados, nacionais e/ou internacionais, visando o financiamento (reembolsável e não-reembolsável) das atividades sustentáveis no cerrado praticadas por empreendimentos que adotam a cultura ESG (*Environmental, Social and Governance*) em sua estrutura corporativa.

Atividades:

- identificação de potenciais melhorias nos processos de produção das principais commodities agrícolas do bioma Cerrado, no sentido de reduzir a pressão ambiental exercida por essa atividade, em especial considerando ações que reduzam a pressão sobre o uso do solo e dos recursos hídricos;
- proposição de métricas para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção das principais commodities agrícolas do bioma Cerrado;
- estabelecer as possibilidades para o financiamento das ações a serem propostas para a construção do programa, inclusive propondo ajustes nos normativos que disciplinam o uso desses meios de financiamento, sobretudo quando se tratar dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO);

META 4: REALIZAR SEMINÁRIO PARA A APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E LANÇAR AS BASES PRELIMINARES PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA, FASE 1, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL VINCULADO AO OBJETIVO 4 DA PNDR**Etapas:***Atividades:*

- Elaborar texto base lançando, para discussão, pilares da primeira fase (incluindo somente as commodities agrícolas) de um programa de desenvolvimento regional, apresentando, no mínimo, proposta do problema a ser enfrentado, objetivo, resultados esperados e governança do programa;
- Realizar seminário para avaliar os resultados e ações indicadas e para propor os próximos passos do estudo, com o objetivo de se alcançar os objetivos da PNDR.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR), do Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional (MDR), é responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pela condução dos programas e projetos de promoção do desenvolvimento regional, nas escalas macro, micro e sub-regionais, a exemplo das ações de desenvolvimento regional, orientadas pela PNDR, conforme Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.

O escopo da PNDR é reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. Assim, tem seu fundamento na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual e municipal, pública e privada, ao tempo que conta com programas e investimentos da União, associados a programas e investimentos dos entes federativos subnacionais, que são capazes de estimular e apoiar processos de desenvolvimento.

Conforme Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, os objetivos da PNDR são:

1. promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
2. consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, de forma a considerar as especificidades de cada região;
3. estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração; e
4. fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de

commodities agrícolas ou minerais.

Entre as estratégias previstas para o alcance de seus objetivos, destacam-se a estruturação de um modelo 1) de planejamento integrado, tanto do ponto de vista setorial quanto federativo, por meio da elaboração de pactos de metas, planos de desenvolvimento e carteiras de projetos nas diferentes escalas geográficas adotadas pela política e 2) de implementação articulada, no território, das políticas públicas necessárias à promoção do desenvolvimento pretendido, modelo esse a ser desenvolvido e implementado pela Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, órgão máximo da política regional.

Isto posto, a SDR planeja ao longo dos próximos anos da gestão do atual Governo Federal, estruturar e implementar quatro programas com impacto do território vinculados a cada um dos objetivos da PNDR.

O presente TED visa gerar subsídios por meio de diagnóstico para a elaboração de um programa associado ao objetivo 4 da PNDR (fomentar a agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais).

Neste primeiro momento, tratar-se-á da construção de uma proposta de programa que vise a diversificação da produção naquelas áreas onde se desenvolvam o cultivo das commodities agrícolas, nas áreas de Cerrado Brasileiro.

Considerando a produção de commodities agrícolas no Brasil, o bioma Cerrado assume posição de destaque. Ocupando cerca de 22% do território nacional, uma área de aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados, esse bioma concentra duas das principais fronteiras agrícolas do país: o vetor de expansão nas regiões norte e oeste do estado de Mato Grosso e a região do MATOPIBA. Com condições edafoclimáticas favoráveis à mecanização, a adoção da agricultura de larga escala no bioma, após enorme avanço tecnológico para adaptação dos solos à produção de grãos, fez dessa região a atual líder na produção de commodities agrícolas do Brasil. O Cerrado concentra cerca de 65% da produção de milho, 52% da produção de feijão, 97% da produção de algodão, 9% da produção de arroz, 70% da produção de soja, 60% da produção da cana de açúcar, 90% da produção de girassol, 15% da produção de mandioca, 90% da produção de sorgo, 12% da produção de trigo, 25% da produção de café e 70% da produção de laranja.

Se, por um lado, a produção de commodities proporciona intensa geração de riqueza, o bioma apresentou uma participação de cerca de 18% no PIB brasileiro em 2020 (IBGE, 2023), a concentração da produção e a intensificação de conflitos associados ao uso da terra tem aprofundado as desigualdades inter e intra regionais, evidenciando os desafios associados à uma atividade econômica especializada, altamente tecnificada e voltada para a exportação. Ademais, no bioma Cerrados, observamos uma intensificação do processo de desmatamento, e somente cerca 48,6% do bioma mantém a vegetação natural primária, além de crescente pressão sobre os recursos hídricos. No Cerrado, estão localizadas nascentes das três maiores bacias hidrográficas do continente sul-americano: bacia Amazônia/Tocantins; São Francisco e; Prata.

Em que pese o destaque econômico da agricultura de larga escala voltada para exportação, o bioma também apresenta enorme contingente de pequenos agricultores, atuando em cadeias produtivas relevantes, como na produção de culturas com mandioca e feijão de frutas e hortaliças próximos a grandes centros consumidores - ex: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal.

Essas realidades e contradições associadas ao bioma Cerrados são objeto da PNDR e, para que a política pública de promoção da redução das desigualdades regionais possa ser efetiva, é necessário conhecer melhor a região, seus potenciais produtivos, suas principais

contradições e, assim, propor ações e planos de soluções alinhados ao objetivo 4 da PNDR.

O Cedeplar, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, foi criado em 1967 como órgão suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais. Passou a funcionar a partir do ano de 1968, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino a nível de pós-graduação em Economia.

Inicialmente voltado para os estudos de economia regional, o Centro diversificou suas áreas de atuação, com a inclusão de novos campos temáticos na pós-graduação em Economia e a criação de um programa de pós-graduação em Demografia. A mesma diversificação caracteriza a trajetória de suas linhas de pesquisas, que incluem uma ampla variedade de temas e abordagens destas duas disciplinas.

Para o desenvolvimento de suas atividades, o Cedeplar conta com o apoio financeiro de instituições como o CNPq, CAPES, FINEP, o Fundo de População das Nações Unidas - UFNPA, a Fundação Rockfeller, a Fundação Hewlett e de outros organismos nacionais e internacionais, além de fundos provenientes de acordo de empréstimo firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, para o Desenvolvimento Interinstitucional de Ciências Ambientais (PADCT).

Estes acordos visam a capacitação técnica de recursos humanos e a obtenção de recursos materiais para o desenvolvimento dos diversos programas em curso e em vias de implementação no Centro.

Informa-se que é notória a capacidade técnica do Cedeplar para a elaboração de diagnósticos e indicadores que permitam a proposição de ação ou ações visando a construção de um programa no âmbito da SDR que promova a diversificação, a agregação de valor e a sustentabilidade nas principais cadeias produtivas agrícolas, em especial, as **commodities**, no bioma Cerrado, considerando a PNDR e seus objetivos, em particular, o objetivo 4. Dessa feita, justifica-se a parceria com o Cedeplar para a execução das metas neste plano de trabalho, considerando aspectos técnicos aqui explicitados.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

Sim

Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X)Sim

()Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado: pagamento de custos indiretos da Fundação de Apoio a ser contratada, correspondendo a 8% do valor global adicionado dos custos indiretos da UFMG, correspondendo a 12% do valor global, conforme disciplinado pela Resolução nº 13/22 daquela Instituição.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**META 1: CARACTERIZAÇÃO/DIAGNÓSTICOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO MAIS REPRESENTATIVOS**

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1					R\$ 144.000,00	12/2023	09/2024
PRODUTO 1	Caracterização dos sistemas de produção	Relatório	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00	12/2023	09/2024
PRODUTO 2	Painel de coleta de dados	Painéis eletrônicos	7	R\$ 18.000,00	R\$ 126.000,00	12/2023	09/2024

META 2: IDENTIFICAÇÃO DE REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA AÇÕES DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 2					R\$ 180.000,00	12/2023	09/2024
PRODUTO 1	Workshop – diversificação econômica	Relatório	5	R\$ 4.800,00	R\$ 24.000,00	01/2024	02/2024
PRODUTO 2	Diagnóstico socioeconômico	Relatório	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	01/2024	03/2024
PRODUTO 3	Identificar e caracterizar regiões dinâmicas com potencial para implementação de ações de	Relatório	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	01/2024	05/2024

	diversificação econômica						
PRODUTO 4	Identificar sub-regiões com potencial para se tornarem polos agroindustriais	Relatório	1	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	01/2024	05/2024
META 3: IDENTIFICAR AÇÕES QUE POSSAM PROMOVER A SUSTENTABILIDADE NAS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS NO BIOMA CERRADO							
METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 3					R\$ 270.000,00	10/2024	03/2025
PRODUTO 1	Identificar potenciais melhorias nos processos de produção das principais commodities agrícolas do bioma Cerrado	Relatório	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	10/2024	03/2025
PRODUTO 2	Propor métricas para avaliar a sustentabilidade dos sistemas de produção das principais commodities agrícolas do bioma Cerrado	Relatório	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	10/2024	03/2025
PRODUTO 3	Conexão entre os resultados encontrados e as ações propostas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO)	Relatório	1	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	10/2024	03/2025
META 4: SEMINÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS							
METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 4					R\$ 66.000,00	03/2025	03/2025
PRODUTO 1	Texto base para discussão	Relatório	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	03/2025	03/2025
PRODUTO 2	Seminário: avaliação de resultados e discussão de propostas	Relatório	1	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	03/2025	03/2025
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
MÊS/ANO					VALOR		

Dezembro/2023		R\$ 144.000,00
Setembro/2024		R\$ 90.000,00
Outubro/2024		R\$ 90.000,00
Novembro/2024		R\$ 135.000,00
Dezembro/2024		R\$ 135.000,00
Janeiro/2025		R\$ 66.000,00
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD		
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Não	R\$ 528.000,00
33.90.39	Sim	R\$ 132.000,00
TOTAL		R\$ 660.000,00
12. PROPOSIÇÃO		
Brasília, data da assinatura eletrônica.		
SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA Reitora UFMG		
13. APROVAÇÃO		
Brasília, data da assinatura eletrônica.		
ADRIANA MELO ALVES Secretária Nacional de Desenvolvimento Regional e Territorial Substituto		

Observações:

1) Em atenção ao disposto no § 2º do art. 15 do Decreto nº 10.426, de 2020, as alterações no Plano de Trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizados por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovadas pelas Unidades Descentralizadora e Descentralizada.

2) A elaboração do Plano de Trabalho poderá ser realizada pela Unidade Descentralizada ou pela Unidade Descentralizadora.



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Regina Goulart Almeida, Usuário Externo**, em 04/10/2024, às 16:52, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial**, em 10/10/2024, às 19:34, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5303913** e o código CRC **8B604243**.
